

2,5% mais pobre

101

Cada brasileiro ficará mais pobre 2,5% este ano e outro tanto em 1984, seguindo o crescimento "próximo a zero" no Produto Interno Bruto (PIB), mas em compensação a inflação acima de 150% em 1983 deverá cair para taxas mensais em torno de 5% em dezembro, chegando ao final do próximo ano em torno de 35% em termos anuais — de acordo com o Programa de Ajustamento Interno e Externo da economia brasileira, que o presidente do Banco Central, Affonso Pastore, começou a divulgar entre os bancos credores no exterior.

Contando com a renegociação da dívida de 83/84, o programa — cuja cópia original, em inglês, foi distribuída ontem pelo Banco Central — garante que "os tetos acordados com o Fundo Monetário Internacional (FMI) serão plenamente atingidos, assim facilitando grandemente a implementação (do plano) nos próximos dois anos". Os resultados prometidos na área externa são o menor crescimento da dívida brasileira, que fechará este ano em US\$ 91,9 bilhões (aumento de US\$ 9 bilhões) e o próximo em US\$ 100,8 bilhões.

PROGRAMA INTERNO

Toda a programação constante do documento foi fechada na semana passada em Washington, entre os técnicos do Banco Central e do Fundo Monetário Internacional. Houve participação também dos economistas enviados ao Brasil pelo Comitê de Assessoramento dos bancos credores, de acordo com funcionários do governo. A programação permitirá, através de seus quadros e tabelas, que seja feito o acompanhamento mensal do desempenho econômico brasileiro: para isso está funcionando um mecanismo de troca de informações entre o Banco Central, o FMI e os bancos.

A apresentação do documento — que na próxima semana será divulgada pelo Governo já em português — coube ao presidente do Banco Central, que usa três laudas datilografadas para concluir que "chegou o momento para os bancos internacionais participarem da Fase II, assim contribuindo para atender às necessidades de financiamento externo do Brasil no restante deste ano e no próximo". Pastore garante que "os ajustes internos e externos fornecerão uma fundação sólida para o processo de desenvolvimento econômico após 1984".

A parte inicial do documento — cujo título é "Brazil — Economic Program / Internal and External Adjustment" — trata do ajustamento a nível interno, após reproduzir a última Carta de Intenções ao FMI e o Memorando Técnico de Entendimento assinado com aquela instituição. A política fiscal baseia-se explicitamente nas regras do FMI para redução da inflação a partir da contenção do déficit do setor público, entendido como "necessidades totais de financiamento ao setor público". Para o período janeiro/setembro deste ano, este déficit foi estabelecido em Cr\$ 14,9 bilhões, devendo cair para Cr\$ 14,35 bilhões em dezembro.

"O objetivo primário da política fiscal é reduzir substancialmente o déficit global do setor público, que baixará de 6% do PIB em 1982 para 2,7% este ano e depois para um pequeno superávit em 1984" — afirma o documento, explicando que, "em outras palavras, em apenas dois anos o déficit operacional do setor público — certamente uma das maiores fontes recentes de pressão inflacionária — deve ser totalmente eliminado". Para garantir esta queda, o programa do Governo menciona uma série de "mecanismos de controle", já adotados, como os cortes nos gastos públicos, o controle dos créditos a Governos e estatais, o papel do Comor (Comitê Interministerial de Acompanhamento dos Orçamentos Públicos) etc.

TAXAS DE JUROS

O documento diz que "resultados positivos já estão sendo obtidos", citando a transferência de Cr\$ 823 bilhões do orçamento fiscal para as Autoridades Monetárias (Banco do Brasil e Banco Central), nos primeiros seis meses deste ano, volume bastante superior aos Cr\$ 580 bilhões transferidos ao longo de todo o ano passado. "Em 1983, a arrecadação fiscal deve chegar a Cr\$ 11,4 trilhões, com crescimento nominal de 146,6% e real de 3,6%, em comparação com o período anterior" — afirma, após destacar a importância dos aumentos de impostos adotados pelo governo no semestre passado.

"Com a manutenção de estreitos controles sobre os meios de

pagamento nos meses restantes de 1983, um declínio significante nas taxas de juros do mercado interno não é esperado a curto prazo" — reconhece o programa econômico, acrescentando que "para 1984, entretanto, pode-se prever algum declínio nas taxas reais de juros à medida que a expectativa inflacionária decair". A avaliação sobre o custo do dinheiro chega a surpreender autoridades da área bancária, por admitir que os juros reais do país estão "acima de 30%", refletindo parcialmente o impacto da política monetária restritiva.

Todo o programa insiste na necessidade de manter a expansão da base monetária (emissão primária de moeda) e dos meios de pagamento (papel-moeda em poder do público mais depósitos à vista nos bancos) em apenas 90% este ano. "A projeção dos ativos líquidos domésticos incluída no acordo com FMI está baseada na hipótese de crescimento da oferta monetária em 90% este ano" — explica, acrescentando que os empréstimos do sistema financeiro ao setor privado devem crescer a uma taxa compatível com a inflação, enquanto "a redução programada no déficit do setor público deverá também criar condições de crédito mais favoráveis para o setor privado".

RECESSÃO DOMÉSTICA

"Como consequência do ajustamento procurado pelo Brasil para restabelecer o equilíbrio em sua economia, o Produto Nacional Bruto (PNB) está previsto para registrar crescimento próximo a zero no corrente ano e no próximo, seguindo-se aos crescimentos negativos de 1,9% em 1981 e positivo de 1,4% em 1982" — começa a exposição sobre as "atividades econômicas domésticas" do país. Esta expectativa de crescimento negativo do produto econômico está baseado em quatro fatores: a) declínio inesperado na produção industrial e menor crescimento na produção agrícola; b) redução no déficit em conta corrente em relação ao PIB, complementado por um aumento da taxa de poupança interna; c) política monetária restritiva e cortes no déficit público; e d) declínio na demanda interna tanto em termos de consumo quanto de investimento".

INDÚSTRIA

As quedas mais acentuadas na produção industrial, de acordo com o documento governamental, ocorreram nas áreas da indústria mecânica (14,6%) e minerais não-metálicos (10,3%). Entre os segmentos que registraram crescimento nos dois semestres anteriores, o de melhor desempenho foi a indústria de equipamento de transporte (6,1%). Há também o reconhecimento de que "a tendência de crescimento, evidente no indicador baseado na comparação de um ano sobre o outro referente ao começo de 1983, foi invertida depois de fevereiro, quando as taxas negativas foram registradas". O programa distribuído pelo Banco Central não menciona a possibilidade de recuperação imediata da produção industrial.

Já a produção agrícola deve crescer em 1983 em torno de 4,5%, em consequência principalmente da recuperação na safra de café (83,2% de aumento), maior colheita de soja (14,5%) e firme expansão na produção de açúcar. O programa do Governo menciona várias vezes a ocorrência de enchentes no Sul e de seca persistente no Nordeste.

te, para explicar a quebra na safra e o consequente aumento de preços dos últimos meses, que fez a taxa de inflação ultrapassar desde já os 150% combinados com os credores exteriores.

Outra causa da alta nos preços, de acordo com o documento, foi a maxidesvalorização do cruzeiro em 30% no último mês de fevereiro, que teria no entanto resultado em benefícios em termos de aumento das exportações. Menciona-se também os "ajustes corretivos de preços" decorrentes da retirada dos subsídios ao petróleo e ao trigo, para dizer que "estes fatores foram as principais causas dos altos níveis de inflação registrados em março, junho, julho e agosto", sem falar na alta de setembro.

"Espera-se que as taxas mensais de inflação caiam para um nível médio mensal de aproximadamente 5% pelo final deste ano, enquanto a inflação anual deve ficar acima de 150%" — afirma. O documento diz ainda que, "em 1984, espera-se que a inflação continue em curva descendente acentuada, de modo que nos meses finais do próximo ano as taxas médias mensais possam estar em torno de 2,5%, ou equivalente a 35% anual".

SALARIOS

O programa reconhece que, como consequência do declínio no nível de atividade econômica da Nação, o Índice de Emprego-Industrial na Grande São Paulo caiu desde novembro de 1980. Mas acrescenta: "A introdução da nova lei salarial deve diminuir as pressões sobre o nível de emprego, apesar da continuidade do programa de ajustamento econômico". Não há nenhuma explicação sobre como isto ocorrerá, embora o documento dê detalhes das "alterações mais importantes" na política salarial.

Sobre o Decreto-Lei 2.045, que reduz os reajustes salariais dos próximos dois anos para 80% do INPS (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), o programa explica que "as novas normas orientando os reajustes salariais serão de extrema importância para reduzir a inflação nos próximos meses e diminuir os custos das empresas privadas e estatais. Estas mudanças na política salarial evitarão um aumento no desemprego, principalmente entre os segmentos de salários mais baixos".

ÁREA EXTERNA

Para reequilibrar as contas externas, o programa estabelece como objetivo "uma drástica redução" no déficit em conta corrente, do nível de US\$ 14,7 bilhões em 1982 para US\$ 7,7 bilhões em 1983 e US\$ 6,0 bilhões em 1984. Em termos percentuais, o déficit cairá de 4,5% do PNB em 1982 para 2,3% este ano e 1,7% no próximo. Estas reduções serão obtidas através de crescentes superávits na balança comercial: "o superávit de 1983, inicialmente previsto para US\$ 6 bilhões, agora está previsto em US\$ 6,3 bilhões, devendo ser seguido por um superávit de US\$ 9 bilhões no próximo ano".

Em vista destas reduções programadas, o país necessitará de recursos adicionais de aproximadamente US\$ 3,8 bilhões em 1983 e outros US\$ 5,2 bilhões em 1984, "já levando em conta os US\$ 2 bilhões em operações de refinanciamento junto ao Clube de Paris". O documento explica que o programa do FMI exige que não ocorra nenhuma mudança na posição de reservas internacionais líquidas desse ano, da mesma forma que deve haver um aumento de US\$ 1 bilhão em 1984.

Para atingir o superávit na balança comercial, o programa externo joga com aumentos de 10,5% e 12,1% nas exportações deste ano e do próximo, respectivamente, o que resultará em entradas de divisas da ordem de US\$ 22,3 bilhões e de US\$ 25 bilhões. Já as importações estão programadas para sofrer uma redução de US\$ 19,4 bilhões em 1982 para US\$ 16 bilhões em 1983, mantendo este mesmo nível em 1984. Mesmo assim, o programa afirma que as importações do setor privado aumentarão US\$ 6,7 bilhões no próximo ano, representando um crescimento de 24,1% em relação a 1983.